

## **POR UMA GRAMÁTICA QUE PRIVILEGIE A PRODUÇÃO DO SENTIDO**

*Delwarte Alves Souza\**  
*Lucas Santos Campos\*\**

### **RESUMO:**

Com base nos pressupostos teóricos defendidos por Cavalcante (2012), Ducrot (1987), Koch (2009), Marcuschi (2008) e outros autores, defende-se aqui o estudo de conteúdos gramaticais de forma contextualizada e funcional, a fim de permitir a necessária reflexão sobre os efeitos de sentido provocados pelo uso dos diferentes recursos expressivos de que dispõe nossa língua. O corpus, constituído de questões de provas de português para concursos públicos, elaboradas por Organizadoras como Cespe, FCC e Cesgranrio, sinaliza que, gradativamente, essas Instituições, na formulação das questões, abandonam o método gramaticalista, sobrepondo-lhe situações práticas da comunicação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gramática; Sentido; Texto.

### **Considerações iniciais**

O estudo das classificações morfológicas ou sintáticas da gramática é assunto para uma longa discussão. Muitos alunos e até professores abominam o estudo da gramática normativa, entendendo que suas regras - que ensinam a escrever e a falar a língua padrão de forma correta - não parecem ter nenhuma funcionalidade na comunicação travada entre as pessoas, cotidianamente.

---

\* Mestrando em Letras: Cultura, Educação e Linguagens da Uesb.

\*\* Doutor em Letras pela Ufba. Professor adjunto da Uesb.

Para Perini (2000, p. 47), nenhuma disciplina suscita reações tão violentas quanto a gramática. No entanto, a crítica do autor se estende obviamente à gramática que se ensina nas escolas como disciplina e não à “gramática enquanto disciplina racional” (PERINI, 2000, p. 52).

Da mesma forma, Faraco (2008, p.131) chega a nos dizer que a gramática é um bicho-papão que sempre nos amedronta. Somos aterrorizados por uma série de termos e conceitos que exigem memorização, caso queiramos dominar as regras que nos são impostas “como intocáveis fenômenos da língua, os quais, pelo seu anacronismo e artificialismo, não fazem muito sentido para a maioria dos falantes contemporâneos do português no Brasil” (FARACO, 2008, p. 129).

Críticas ao prescritivismo da língua existem e sempre vão existir. Mas isso não é motivo para deixarmos de lado uma reflexão sobre uma importante mudança de concepção e de prática, no que diz respeito ao tratamento atribuído à gramática na disciplina Língua Portuguesa, seja na educação básica, seja no ensino superior ou nos cursos preparatórios para concursos públicos e vestibulares, em que alguns profissionais do ensino já trabalham a língua e a linguagem como objeto de estudo. Para Cameron (apud MARCUSCHI, 1995, p. 5),

o problema central do prescritivismo é sua tendência ao autoritarismo, elitismo e conservadorismo. Por outro lado, seria populismo e hipocrisia, se quiséssemos admitir que na língua tudo vale e qualquer coisa deveria ser aceita, pois a normatividade é inescapável. Contudo, normatividade não tem a ver com autoritarismo ou purismo e sim com regularidade e adequação nas atividades comunicativas.

Em meio às críticas que se fazem ao ensino da gramática, este trabalho vem defender o estudo de conteúdos gramaticais de forma contextualizada e funcional, com a observância dos efeitos de sentido provocados pelo uso dos mais diversos recursos expressivos de que dispõe nossa língua.

O corpus se constitui de questões de provas de português para concursos públicos destinados ao preenchimento de vagas nas diversas instâncias governamentais, elaboradas por organizadoras<sup>1</sup> como Cespe/Unb Universidade de Brasília, FCC Fundação Carlos Chagas e Fundação Cesgranrio. Vale lembrar que a disciplina Língua Portuguesa é exigida, independentemente do cargo a que se concorre, em todos os concursos para empregos públicos.

Nesses concursos, participam profissionais de diversas áreas como administração, direito, contabilidade, física, matemática, pedagogia, educação física etc. Percebe-se que esses profissionais dominam o conteúdo da sua área específica, mas sentem dificuldades para atingir o desempenho desejado na prova de português, que, a depender do concurso, possui um peso maior que o peso das demais disciplinas.

Embora ainda existam, nessas provas, questões puramente gramaticais, nota-se que aos poucos os elaboradores das provas deixam de exigir a análise de frases isoladas, descontextualizadas, e passam a vincular as regras gramaticais aos textos, considerando suas estruturas linguísticas e discursivas. Afinal, “o discurso nunca é observado sem a roupagem da gramática” (NEVES, 2010, p.25).

Assim, na superfície dos textos, os elaboradores de provas de português para concursos públicos vão conduzindo os candidatos a pistas que os levarão, por meio de recursos interacionais e práticas cognitivas, à produção de um sentido possível em determina-

---

<sup>1</sup> Organizadora de concursos ou banca examinadora é a instituição responsável pela elaboração de provas e pela divulgação e organização dos concursos públicos. No Brasil, há diversas bancas examinadoras de concursos para empregos públicos, como o Cespe/Unb, a FCC e a Fundação Cesgranrio. São as seguintes as características e atribuições dessas organizadoras de concursos, segundo seus sites: O CESPE Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília é Instituição pública sem fins lucrativos, cujas atividades estão voltadas à criação, à realização, à manutenção e ao desenvolvimento das atividades de ensino (transmissão de conhecimentos), de pesquisa (produção de novos conhecimentos) e de extensão (prestação de serviços à comunidade). A FCC Fundação Carlos Chagas é uma instituição privada sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública nos âmbitos federal, estadual e municipal, dedicada à avaliação de competências cognitivas e profissionais e à pesquisa na área de educação. Fundada em 1964, expandiu rapidamente suas atividades, realizando, em todo o Brasil, exames vestibulares e concursos de seleção de profissionais para entidades privadas e públicas. A Fundação Cesgranrio é reconhecida como Entidade de Utilidade Pública Federal, pelo Decreto-Lei no. 91.626, de 12/08/86, expedido pelo Presidente da República. Pela sua natureza jurídico-institucional, a Fundação Cesgranrio pode ser contratada por qualquer órgão público, sem licitação, nos termos da Lei 8666/93.

dos enunciados e sentenças. É na perspectiva de uma gramática útil para a geração de sentidos que se sustenta nossa reflexão.

### 1. Questionando a gramática

Consideramos aqui três defeitos apontados para o ensino da gramática: “primeiro, seus objetivos estão mal colocados; segundo, a metodologia adotada é seriamente inadequada; terceiro, a própria matéria carece de organização lógica” (PERINI, 2008, p. 49).

Dentre esses defeitos, limitar-nos-emos, neste estudo, à análise da carência de organização lógica da disciplina. Nesse sentido, questionam-se os conceitos atribuídos a certos fenômenos e conteúdos da língua por gramáticas tradicionais e compêndios gramaticais, muitas vezes insuficientes, incompletos ou vagos.

Como exemplo, Perini (2008, p. 53) cita o seguinte conceito de “Sujeito” dado por Celso Cunha, em sua *Nova Gramática do Português Contemporâneo*: “Sujeito é o ser sobre o qual se faz uma declaração”. Perini chama a atenção para a frase: “Na sala havia ainda três quadros do pintor”, classificada como oração sem sujeito pela impessoalidade do verbo “haver”, ao mesmo tempo em que nos questiona: “Nessa frase, não haveria uma declaração sobre a sala e também sobre os três quadros?” Portanto, para o autor, o conceito de “sujeito” não é respeitado em muitas orações cujos sujeitos são classificados como inexistentes.

Ao consultarmos a mesma gramática de Celso Cunha e Lindley Cintra, em sua 2ª. Edição (1985), encontramos, por exemplo, no capítulo 16 (p. 566), enquadrado no grupo das conjunções coordenadas adversativas, o conectivo “mas” e, na página 572, o conectivo “embora” pertencendo ao grupo das subordinadas concessivas, sem nenhum comentário que nos leve a entender a diferença entre esses conectivos. Ora, há pouco tempo, em nossas aulas de Língua Portuguesa para concursos públicos, os alunos ditaram as seguintes frases: (1) Joana se veste bem, mas é pobre e (2) Joana se veste bem, embora seja pobre.

Os alunos percebiam a ideia de adversidade na oração (1) e a ideia de concessão na oração (2), por uma simples questão de memorização. Mas não viam diferença de sentido entre as duas orações. Para eles, tratava-se de uma idêntica informação a respeito de Joana, com caráter de contradição.

Koch (1998, p.35) alerta para os sentidos evidenciados pelos conectivos “mas” e “embora”. Para a autora, do ponto de vista semântico, esses operadores argumentativos têm funcionamento parecido. Enquanto o “mas” emprega a “estratégia do suspense”, sinalizando que a informação pela qual o ouvinte vai se interessar é aquela que esse conectivo introduz, porque a ela se confere alguma legitimidade e acolhida no interior do discurso, o “embora” utiliza a “estratégia de antecipação”, mostrando de antemão que o argumento por ele introduzido vai ser anulado, para dar lugar a uma informação nova.

Ressaltamos ainda que o conectivo “mas” vem acompanhado de verbo no indicativo (fato real e certo). Já a sentença formada pelo conectivo “embora” traz o verbo no subjuntivo, apontando para uma ação hipotética, possível. Na frase adversativa (1), interessa-nos a informação de que Joana é pobre e, na frase concessiva (2), o fato de que Joana se veste bem.

Nenhuma gramática tradicional traz claramente detalhes sobre muitos itens gramaticais que, na maioria das vezes, nos deixam aéreos, perplexos e interrogativos. As gramáticas tradicionais se voltam apenas para o conjunto de regras que forma a gramática normativa, com a exclusão de qualquer possibilidade de reflexão e análise, demonstrando que as razões pelas quais não se aprende, “ou se aprende mas não se usa um dialeto padrão, são de outra ordem, e têm a ver em grande parte com os valores sociais dominantes e um pouco com estratégias escolares discutíveis” (POSSENTI, 2004, p. 17).

A questão é que a gramática costuma apresentar regras e princípios que não se propõem a fornecer uma explicação, mas, sim, um modelo que dificilmente conseguiremos acompanhar e dominar totalmente. Segundo Perini (2000, p. 56),

precisamos de melhores gramáticas: mas de acordo com a linguagem atual, preocupadas com a descrição da língua e não com recei-

tas de como as pessoas deveriam falar ou escrever. E, acima de tudo, precisamos de gramáticas que *façam sentido* (grifo do autor), isto é, que tenham lógica. Que as definições sejam compreensíveis e que sejam respeitadas em todo o trabalho.

Se examinarmos atentamente as duas questões de provas de português para concursos públicos a seguir, perceberemos a ênfase aos sentidos que os conectivos “mas” e “embora” assumem nos textos, dispensando-se de vez a memorização, o que faz do estudo da língua uma prática agradável e interessante. Vejamos:

(FCC - TRT 11ª. Região - Analista Judiciário - Área Apoio Especializado -Especialidade Enfermagem - janeiro/2012)

“O Brasil depende da região para produzir mais energia e não sou contra a expansão da rede de usinas aqui, mas é preciso cautela, para não repetir erros do passado”.

O segmento grifado acima denota

- (A) finalidade decorrente do próprio desenvolvimento do texto.
- (B) ressalva em correlação com o sentido da afirmativa anterior.
- (C) temporalidade necessária à concretização da ação prevista.
- (D) causa que justifica o posicionamento do pesquisador.
- (E) condição para a realização da hipótese anterior a ele.

A resposta certa atribuída à questão está na alternativa “b”. Ao introduzir uma oração com o uso do “mas”, o autor do texto faz uma ressalva, um alerta em relação ao período anterior, preparando o ouvinte para receber a informação introduzida pelo “mas”. O conectivo “mas” foi empregado não para eliminar o que foi dito anteriormente, mas sim, para introduzir uma contrapartida do objeto, fruto de distinta perspectiva de análise. Vejamos, agora, outra questão de prova em que se evidencia o uso do conectivo “embora”:

(CESPE – Governo do Estado do Ceará - Inspetor de Polícia de 1ª. Classe - Nível médio – 2012)

Texto: O cientista político Phillippe Schmitter argumentou que, embora a situação europeia seja singular, seu progresso para além

do Estado nacional tem uma pertinência mais genérica, pois “o contexto contemporâneo favorece sistematicamente a transformação dos Estados em confederatii, condomini ou federatii, numa variedade de contextos”.

Questão: No texto, o conector “embora” introduz um conteúdo que, mesmo sendo contrário à proposição contida no trecho “seu progresso para além do Estado nacional tem uma pertinência mais genérica”, não a invalida.

Neste tipo de questão elaborada pelo Cespe, o candidato deverá indicar se o enunciado (item) está “certo” ou “errado”. A resposta dada ao item é, portanto, “certo”. No texto, anula-se a informação constituída pelo “embora” (a situação europeia seja singular) e torna-se válido o argumento de que “seu progresso para além do Estado nacional tem uma pertinência mais genérica”. Como assinala Faraco (2008, p. 159),

estudar as conjunções tem sentido se o fizermos explorando suas funções textuais, como parte do trabalho de controle dos processos estruturadores do texto; ou se o fizermos explorando as correlações sinonímicas de construções coordenadas e subordinadas, como parte do estudo dos recursos expressivos à disposição dos falantes.

Retomando a falta de organização lógica no ensino da gramática, apontada por Perini (2008, p.47), acrescentamos aqui a falha de gramáticas tradicionais na sequenciação dos assuntos. Por exemplo, Cegalla<sup>2</sup>, em sua Novíssima Gramática da Língua Portuguesa (48ª. Edição, 2008, p. 283), consagra o uso do sinal indicativo da crase nas locuções con-

---

<sup>2</sup> O professor Domingos Paschoal Cegalla, autor da Novíssima Gramática da Língua Portuguesa, publicada em 1964, faleceu recentemente, em 17/02/2013, aos 92 anos. Segundo Marcos Bagno, linguista e escritor, “a obra continua à venda até hoje, apesar de não fazer jus de forma alguma ao “novíssima” do título. Com o desaparecimento de Cegalla se encerra a história da gramaticografia brasileira baseada na doutrina tradicional de inspiração greco-romana e de ideologia marcadamente normativo-prescritiva. A publicação, em 1999, da 39ª. edição da Moderna Gramática Portuguesa, de Evanildo Bechara, deu início a um novo ciclo de produção de obras gramaticais no Brasil. A partir de agora, é impossível desprezar os avanços das teorias linguísticas e os progressos alcançados por elas no desvendamento (em bases científicas sólidas) do funcionamento das línguas humanas” (Blog da EMEF João da Silva, acesso em 24/02/13).

juntivas “à medida que”, “à proporção que” etc, antes mesmo de tratar das conjunções coordenadas e subordinadas, apresentadas somente a partir da página 289. Mais uma vez Faraco nos adverte (2008, p. 158):

estudar um conjunto de temas gramaticais (normalmente listados pelo índice das gramáticas e postos numa sequência desprovida de qualquer articulação funcional) pelo simples fato de estudá-los – prática corriqueira e tradicional da escola – não tem a menor razão de ser.

## 2. Construindo sentidos

Constata-se, neste estudo, que algumas elaboradoras de provas de português para concursos públicos começam a se desvencilhar da gramática tradicional e passam a recontextualizar a língua tomando-a em seus contextos de usos, com ênfase em mecanismos geradores de sentidos, nos textos, enunciados e sentenças, observando aspectos “sociointerativos, sociodiscursivos, socioconstrutivos e assim por diante” (MARCUSCHI, 2008, p. 16).

Entre os diversos conceitos atribuídos ao termo “sentido”, citamos: “por ação (de produção de sentido) entendo a utilização de nosso conhecimento de mundo, de nossas habilidades cognitivas para controlar a produção de sentido a partir dos recursos linguísticos disponíveis” (OLIVEIRA, 2002, p. 1). A esse respeito, Koch (2009, p.103) acrescenta:

As estratégias textual-discursivas que constituem grande centro de interesse da Linguística Textual desde o final da década de 80, dizem respeito às escolhas operadas pelos produtores do texto sobre o material linguístico que têm à disposição, objetivando orientar o interlocutor na construção do sentido.

Por sua vez, Ducrot (1987, p. 172) estabelece uma diferença entre significação e sentido, esclarecendo que a significação está na frase, pertence ao nível da língua enquanto sistema. Já o sentido, que pertence ao nível do enunciado, é “uma construção que o falante realiza levando em conta a situação de discurso, a partir das instruções especifica-

das na significação” (DUCROT, 1987, p. 172). Tanto que “ a natureza da gramática que se defende para uso escolar é, pois, a de uma gramática não desvinculada dos processos de constituição do enunciado, ou seja, dirigida pela observação da produção linguística efetivamente operada” (NEVES, 2009, p. 22).

Passemos à análise da questão a seguir, elaborada pela Fundação Cesgranrio, para o concurso público da Petrobras - Profissional Junior – Serviço Social – 2011):

A expressão em que a retirada do sinal indicativo de crase altera o sentido da sentença é

- (A) Chegou à noite.
- (B) Devolveu o livro à Maria.
- (C) Dei o presente à sua irmã.
- (D) O menino foi até à porta do circo.
- (E) O circo voltou à minha cidade.

A resposta correta está na letra “a”. Na frase “Chegou à noite”, a expressão “à noite” é adjunto adverbial de tempo. Se reescrevermos a frase sem o sinal indicativo da crase (Chegou a noite), a expressão “a noite” passa a ser sujeito, gerando um novo sentido: surgiu, apareceu a noite, foi-se embora o dia e, portanto, alguém chegou assim que anoiteceu. Para construir o novo sentido atribuído ao enunciado sem o sinal da crase antes da palavra “noite”, o candidato ao concurso deverá tecer os sentidos do novo texto, “levando em conta o seu conhecimento de mundo, suas práticas comunicativas, sua cultura, sua história, para construir os prováveis sentidos no evento comunicativo” (CAVALCANTE, 2012, p.19).

Nas demais alternativas da questão, o uso do acento da crase é facultativo. Mantendo-se ou não o sinal indicativo da crase, o sentido de cada enunciado não se altera. Percebe-se nitidamente que o elaborador da prova usou o fenômeno da crase na perspectiva da produção e compreensão de sentidos, confirmando-nos que “Indispensável é a intimidade com a língua. Uma intimidade gramatical e não gramaticalista. Intimidade com a gramática (da língua), não necessariamente com a Gramática (da escola)” (LUFT, 2003, p 25).

Nos últimos anos, as organizadoras de concursos públicos começam - ainda que timidamente - a elaborar questões de provas de português em que se prevalecem a produção e a recepção de sentidos, utilizando tópicos gramaticais em textos que podem mudar de sentidos, a depender de sua configuração linguística. Para Marcuschi (2008, p. 57),

dizer que a análise da língua se limita à sintaxe é reduzir a língua a algo muito delimitado, pois os aspectos textuais e discursivos, bem como as questões pragmáticas, sociais e cognitivas são muito relevantes e daí não se pode evitar de considerar o funcionamento da língua em textos realizados em gêneros.

Entre outros tópicos gramaticais, o fenômeno da “crase” já é abordado em praticamente todos os concursos para empregos públicos, considerando-se que uma mesma frase pode ser dita em contextos diferentes, a depender do uso de elementos lexicais, semânticos, sintáticos etc. Nesse sentido, “o que faz o texto ser um texto é um conjunto de fatores, acionados para cada situação de interação, que determinam a coerência dos enunciados” (CAVALCANTE, 2012, p. 18).

Dessa forma, nos concursos públicos, o método gramaticalista é gradativamente abandonado e substituído por situações práticas da comunicação, que só aumentam a confiança no saber linguístico de cada aluno, despertam a capacidade de reflexão e mostram a força e o poder da linguagem. Essa nova abordagem põe em xeque o radicalismo de Luft (2003, p. 48) ao se posicionar sobre o ensino da “crase”, afirmando-nos que

pode-se até falar em proporção inversa: mais o professor ensina, menos o aluno sabe. Exemplo clássico: a crase. Ano após ano, semestre após semestre, repetem-se regras e macetes. Resultado: pouquíssimos alunos têm segurança no uso do acento grave. Eis um testemunho eloquente do fracasso de nosso ensino gramaticalista: de toda a farta e insistente teorização gramatical não ficou nem a capacidade de identificar uma preposição e o artigo definido...

Ao analisarmos atentamente a questão a seguir, que explora o fenômeno da “crase”, elaborada pelo Cespe para o concurso público do MPOG – Ministério do Planeja-

mento, Orçamento e Gestão - cargo: Analista de Infraestrutura, em 2012, concluiremos que, ao invés de se apegar à teorização gramatical, a questão da prova aposta na capacidade de leitura e compreensão, sugerindo que, no contexto dado, o candidato seja capaz de apontar os verbos e palavras que pedem a crase, independentemente de memorização de regras.

Texto: Sou contra o crescimento pelo crescimento, e ofereço todas as minhas críticas àqueles que são a favor. Entretanto, àqueles que não buscam nenhum crescimento, como é o caso da Europa hoje em dia, minhas críticas são ainda mais severas.

Questão: O emprego do sinal indicativo de crase em “àqueles” é exigido, na primeira ocorrência, pela presença da forma verbal “ofereço” e, na segunda, pela presença do substantivo “críticas”.

A organizadora da prova, assim, vê a linguagem como objeto de ensino, exigindo a análise do seu funcionamento nos textos, entendidos estes como sendo uma das mais importantes práticas sociais, para proporcionar a observação e o emprego de certos recursos expressivos nos mais diversos contextos do cotidiano, seja através do texto oral, seja através do texto escrito. Procedamos ainda à análise da questão que se segue:

(Cesgranrio – ANP – Técnico Administrativo – 2008) A retirada da vírgula só **NÃO** modifica o sentido de uma das sentenças abaixo. Qual?

- a) O jornal entrevistou cientistas, políticos e agricultores.
- b) Os profetas recebem apelidos pitorescos, de acordo com o método de observação.
- c) Ontem conhecemos aquele profeta da chuva, que nasceu em Quixadá.
- d) Erasmo, diz se vai chover no próximo mês.
- e) Existem profetas dos animais, das águas e das estrelas.

A única frase que permite a retirada da vírgula sem alteração de sentido está na letra “b”. Percebe-se que o elaborador da questão utilizou o tópico gramatical “vírgula” para demonstrar que, em determinados contextos, os enunciados passam a ter outro sentido, a depender da pontuação (no caso, o novo sentido, nas demais alternativas, é gerado

com a exclusão da vírgula). Nessa questão, o candidato ao concurso deverá reconhecer as relações de coerência possíveis para cada sentença, com e sem o emprego da vírgula, utilizando conhecimentos armazenados na memória para construir, a partir da exclusão da vírgula, um novo sentido para cada texto.

Ao possibilitar a exclusão das vírgulas nos enunciados “a”, “c”, “d” e “e”, o elaborador da questão produz um novo sentido para cada texto, que deverá ser investigado e compreendido pelo candidato ao concurso, dado que “um texto pode ultrapassar e até violar regras da gramática da frase, mas isto é sempre feito por alguma motivação interna, sendo assim um nível autônomo de investigação” (MARCUSCHI, 2012, p. 16).

Não há dúvida de que as questões gramaticais dos concursos públicos são organizadas de acordo com a norma culta, pois, como diz Marcuschi (2008, p.56), “não existe possibilidade de trabalhar a língua sem atinar para o sistema”. No entanto, o próprio Marcuschi adverte (2008, p. 57): “a gramática tem uma função sociocognitiva relevante [...] O problema é fazer de uma metalinguagem técnica e de uma análise formal o centro do trabalho com a língua”.

Não se pode negar: em algumas provas analisadas de diversos concursos para empregos públicos, ainda se concentram questões elaboradas a partir da gramática tradicional, exigindo dos candidatos preparo prévio e memorização de regras gramaticais. Citamos aqui duas questões referentes a “vozes do verbo”, elaboradas pela FCC Fundação Carlos Chagas e Fundação Cesgranrio. Percebe-se nitidamente que cada organizadora possui suas próprias marcas linguísticas, revestindo-se de algumas tendências e comportamentos peculiares que, muitas vezes, confundem até os candidatos mais bem preparados. Analisemos a questão da FCC:

(FCC – TRT/MG – Analista Judiciário – Execução de Mandatos – novembro/2009)

A frase em que se admite transposição da forma verbal para a voz passiva é:

(A) Pude assistir a um documentário sobre a atuação dos irmãos Vilas-Boas.

- (B) Cláudio Vilas-Boas estava consciente da tensão daquele momento.
- (C) O documentário viria a assumir o valor de um testamento.
- (D) São muito impressionantes os gestos de recusa do chefe indígena.
- (E) Mais que bem armada, melhor se essa cultura fosse mais justa.

A alternativa “c” contém a resposta correta. A questão requer conhecimento gramatical acerca das vozes ativa e passiva dos verbos. Para acertar a questão, o candidato ao concurso deve conhecer as regras que cuidam da conversão da voz ativa para a voz passiva, sem alterar substancialmente o sentido da frase. Deverá ter memorizado que apenas os VTD (verbo transitivo direto) e os VTDI (verbo transitivo direto e indireto) permitem a conversão da voz ativa em passiva e vice-versa e que, por outro lado, a conversão de uma voz verbal para outra não acontece se os verbos são intransitivos (VI), verbos transitivos indiretos (VTI) e verbos de ligação (VL).

Já a questão abaixo elaborada pela Cesgranrio - concurso, ANP - Técnico Administrativo, 2008 – nível médio, que trata do mesmo assunto (vozes verbais), passa a exigir não mais a memorização e sim o raciocínio do candidato para a percepção dos sentidos que se estabelecem em cada enunciado. Vejamos a questão, acompanhada dos nossos comentários:

A mudança da voz verbal nas frases correspondentes I e II está correta, tanto sintática quanto semanticamente, em:

- a) I. sertanejos que foram perseguidos  
II. sertanejos que perseguiram
- b) I. pelas secas que eles previram  
II. pelas secas que por eles foram previstas
- c) I. um encontro que ocorre há doze anos  
II. um encontro ocorrido há doze anos
- d) I. os profetas estão desaparecendo  
II. os profetas desapareceram
- e) I. os profetas não se intimidam com o peso

## II. os profetas não ficaram intimidados com o peso

Para responder corretamente a essa questão, o candidato precisa compreender a linguagem e as práticas discursivas adotadas pela organizadora do concurso. Deve entender que, na questão, em quatro alternativas, foram introduzidos dois enunciados com sentidos diferentes, para se firmar um novo diálogo iniciado pelo organizador da prova. Pe-de-se, assim, que o candidato marque a alternativa que contém as frases I e II, sintática e semanticamente corretas. A questão exige muito mais análise interpretativa do que conhecimento da regra gramatical propriamente dita. O candidato poderá acertar a questão se entender que se encaixam, entre os itens I e II de cada alternativa, enunciados que reproduzem discursos totalmente opostos (à exceção da alternativa “b”, a correta).

Assim sendo, a única alternativa cujas frases estão sintaticamente corretas no que diz respeito à voz verbal e cujos sentidos se mantêm é a letra “b”, comprovando a teoria/análise dialógica do discurso, que é “não aplicar conceitos a fim de compreender um discurso, mas deixar que os discursos revelem sua forma de produzir sentido, a partir do ponto de vista dialógico, num embate” (BRAIT, 2008, p. 24).

As questões gramaticais, nos dias de hoje, tendem a ser aplicadas ao texto, um evento comunicativo com uma proposta de sentido, por meio da “gramática do texto”. Se bem que Marcuschi sustenta que já não se fala mais em “gramática do texto”. Para o autor, essa ideia exige um conjunto de regras para a construção de um bom texto, “o que se sabe ser impossível, pois o texto não é uma unidade formal que pode ser definida e determinada por um conjunto de propriedades puramente componenciais e intrínsecas” (MARCUSCHI, 2008, p.73).

Nesse caso, no lugar de “gramática do texto”, passamos a utilizar a expressão “Teoria do Texto” ou “Linguística do Texto”, como nos propõe Koch (2001, p. 57 e 58):

Se todos os textos são em princípio aceitáveis, não é possível uma gramática com regras que distinguem entre textos e não textos. Por isso, passou-se à construção de Teoria do Texto ou Linguística do Texto, que é constituída de princípios e/ou modelos cujo objetivo não é prever a boa forma ou má-formação dos textos, mas per-

mitir representar os processos e mecanismos de tratamento dos dados textuais que os usuários põem em ação quando buscam compreender e interpretar uma sequência linguística, estabelecendo o seu sentido e, portanto, calculando sua coerência.

Ao operar com o texto, o elaborador das provas possibilita que o candidato aos diversos concursos demonstre domínio da língua focado na compreensão dos sentidos produzidos. O texto, no seu todo, passa a cumprir sua real função, que pode ser identificada em estratégias específicas de uma determinada situação sociocomunicativa.

### **Considerações finais**

Nota-se que, para a compreensão da nossa língua e de sua estrutura gramatical, bem como para a análise dos procedimentos linguísticos e lógicos usados por cada enunciador para convencer seu enunciatário, nas mais variadas circunstâncias comunicativas, há muita pesquisa a ser desenvolvida por todos nós que lidamos com a produção textual e, por conseguinte, com a gramática, seja ela normativa, descritiva ou internalizada. É o que nos confirma Perini (2000, p. 85):

Para quem gosta de certezas e seguranças, tenho más notícias: a gramática não está pronta. Para quem gosta de desafios, tenho boas notícias: a gramática não está pronta. Um mundo de questões e problemas continua sem solução, à espera de novas ideias, novas teorias, novas análises, novas cabeças.

Em todas as esferas do ensino da língua portuguesa, professores e alunos devem se apegar ao funcionamento da linguagem, vendo nela um instrumento de interação, utilizado para informar, deleitar e persuadir o outro. Afinal, “a significação é trabalho social e surge como a descrição semântica de um ato simbólico” (MARCUSCHI, 2007, p. 77). Quem lida com a disciplina Língua Portuguesa deve ter a consciência de que não basta prover os alunos de um estoque de conhecimentos gramaticais, nem habilitá-los a analisar frases isoladas. Contextualizar a língua é o caminho.

Nessa perspectiva, a análise do nosso corpus nos faz concluir que, aos poucos, as provas de português para concursos públicos avançam na construção do sentido e da visão crítica, exigindo dos candidatos o entendimento muito mais do teor do texto do que de sua estrutura frasal. Mais do que memorização, prevalece a capacidade de raciocínio e de interação, de forma que cada candidato aos concursos se sirva do seu potencial de observação para colher impressões, formar juízos e descobrir as intenções dos elaboradores das provas.

**ABSTRACT:** Basing on the theoretical assumptions defended by Cavalcante (2012), Ducrot (1987), Koch (2009), Marcuschi (2008), and others, this work proposes a study of the grammatical contents in a contextualized and functional way, in order to promote reflection about the effects of meaning caused by the use of different expressive resources commonly used in our language. The corpus which is formed by Portuguese language questions of public selective exams, and elaborated by Organizing Institutions as Cespe, FCC e Cesgranrio, points to the fact that many of these Institutions are, gradually, abandoning the grammaticalist method to formulate questions, and replacing it by practical communicative situations.

**KEYWORDS:** Grammar, Meaning, Text.

## Referências

- BRAIT, B.(org). *Bakhtin: outros conceitos-chave. Análise e teoria do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica – noções básicas e exercícios*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2002.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- COSTA, V. M. G. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CUNHA, Celso. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DOUGLAS, William. *Como passar em provas e concursos: resumo*. Niterói: Impetus, 2012.

- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- EMEDIATO, Wander. *A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura*. São Paulo: Geração Editorial, 2010.
- FARACO, Carlos Alberto. A questão gramatical e o ensino de português. In: *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- KOCH, I. V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARCUSCHI, L. A. *Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2009.
- OLIVEIRA, Marco Antonio. A Sátira (Menipéia): ruído na rede ou rede-ruído? Texto apresentado no VIII Congresso Internacional da ABRALIC, Belo Horizonte-MG, 2002.
- PERINI, M. A. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 2000.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.
- Provas/http://[www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br)> acesso em 07 de jan. 2013
- Provas/http://[www.cesgranrio.org.br](http://www.cesgranrio.org.br)> acesso em 07 de jan. 2013
- Provas/http://[www.concursosfcc.com.br](http://www.concursosfcc.com.br)> acesso em 07 de jan. 2013
- Provas/http://[www.pciconcursos.com.br](http://www.pciconcursos.com.br)> acesso em 07 de jan. 2013

Recebido em 04/11/2013.  
Aprovado em 14/128/2013.